

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

A Mata Atlântica é a formação florestal mais antiga no Brasil, estabelecida há pelo menos 70 milhões de anos (Leitão-Filho, 1987). Com uma abrangência praticamente contínua ao longo da região litorânea, essa vegetação resiste em apenas algumas manchas disjuntas de floresta, particularmente em locais de topografia muito acidentada.

A conservação da biodiversidade “in locu” representa, nos tempos atuais, um dos grandes desafios para o desenvolvimento sustentável frente à expansão urbana e à crescente necessidade da exploração dos recursos naturais.

Entre os vários fatores que influenciam a capacidade dos fragmentos florestais conservarem a biodiversidade destacam-se o tamanho, a forma, o grau de isolamento, o tipo de vizinhança e o histórico de perturbações (Viana ET al., 1998). Esses fatores, em função das características específicas, estruturais e funcionais da sua comunidade biótica, representam variáveis importantes a serem consideradas nas propostas do manejo conservacionista.

A Serra do Guararu está localizada no Município de Guarujá, situado na Ilha de Santo Amaro no litoral Central do Estado de São Paulo, na Baixada Santista. Essa região representa uma faixa quase isolada de Serra do Mar, com o oceano de um lado e o Canal de Bertioga de outro. Margeando o braço de mar predomina a vegetação de Manguezal em Bertioga, a qual finaliza no porto que separa os municípios de Bertioga e Guarujá (Figura 01).

A Serra do Guararu representa uma das últimas porções de dimensões significativas (cerca de 2.500ha) de Mata Atlântica, em bom estado de conservação, na planície costeira do litoral paulista. Constituída quase que totalmente por morros e morrotes cristalinos (migmatitos-granitos), com amplitudes topográficas variadas, declividades médias das encostas superiores a 30%, e perfis variando de convexos a retilíneos, a área destaca-se pela alta fragilidade e suscetibilidade a movimentos rápidos de massa quando ocorrem intervenções antrópicas. A cobertura vegetal predominante da Mata Atlântica cumpre um papel fundamental de proteção à frágil estabilidade das encostas, atenuando a ação do escoamento superficial, dos processos erosivos e dos movimentos de massa. As encostas servem de abrigo para muitas espécies da fauna. Além da importância da biodiversidade apresentada na região, há importantes registros arqueológicos e centenas de nascentes que alimentam o rio Iporanga, que corta a Serra do Guararu.



Figura 01. Mapa de localização da Serra do Guararu, Guarujá, SP.

Por apresentar esses atributos, a Serra do Guararu foi tombada pela Resolução da Secretaria de Estado da Cultura n.º 48 de 18/12/92. O tombamento é um mecanismo jurídico de proteção do patrimônio cultural e natural que implica em restrições de uso para garantir a proteção e a manutenção das características da área tombada, de valor histórico, arqueológico, turístico, científico ou paisagístico.

No entanto, somente o tombamento não se mostrou suficiente para a conservação e principalmente gestão da Serra do Guararu, sendo apresentadas neste documento justificativas para a criação de uma Unidade de Conservação (UC) na região.

As UCs são espaços territoriais, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, que têm a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. Estas áreas asseguram às populações tradicionais o uso sustentável dos recursos naturais de forma racional e ainda propiciam às comunidades do entorno o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis. Estas áreas estão sujeitas a normas e regras especiais. São legalmente criadas pelos governos federal, estaduais e municipais, após a realização de estudos técnicos dos espaços propostos e consulta à população.

Ao contrário do que se pensam as UCs não são espaços intocáveis e se mostram comprovadamente vantajosas para os municípios, tendo em vista que podem evitar ou diminuir acidentes naturais

ocasionados por enchentes e desabamentos; possibilitar a manutenção da qualidade do ar, do solo e dos recursos hídricos; permitir o incremento de atividades relacionadas ao turismo ecológico, e proporcionar a geração de emprego e renda. Atualmente vários municípios brasileiros são abastecidos com água oriunda de unidades, comprovando a importância socioambiental destas áreas.

As UCs podem ser entendidas como uma maneira especial de ordenamento territorial, e não como um entrave ao desenvolvimento, reforçando o papel sinérgico das UC no desenvolvimento econômico e socioambiental local.

Ou seja, as unidades de conservação são exemplos de como é possível compatibilizar o desenvolvimento econômico com preservação ambiental.